

SUMÁRIO

<i>Nota do autor à 9ª edição</i>	7
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	9

TOMO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AOS RECURSOS	41
1. Origem e acepções do vocábulo <i>recurso</i>	41
2. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico	42
3. Razão de ser dos recursos	45
4. Natureza jurídica do recurso	46

CAPÍTULO II – SISTEMAS RECURSAIS DO DIREITO BRASILEIRO	48
1. Generalidades	48
2. Sistema recursal cível	49
2.1. Generalidades	49
2.2. Recursos no procedimento sumário	50
3. Sistema recursal do Estatuto da Criança e do Adolescente	50

CAPÍTULO III – ATOS SUJEITOS A RECURSO PROCESSUAL	52
--	----

CAPÍTULO IV – EFEITOS DOS RECURSOS	59
1. Conceito	59
2. Efeito obstativo	59
3. Efeito suspensivo	60

4. Efeito devolutivo	61
5. Efeito regressivo ou de retratação	61
6. Efeito translativo	62
7. Efeito substitutivo	62
8. Efeito extensivo ou expansivo.....	63
9. Cessação dos efeitos	63

CAPÍTULO V – PRINCÍPIOS DO SISTEMA RECURSAL

1. Princípio jurídico	64
2. Princípio do duplo grau de jurisdição	64
3. Princípio da colegialidade.....	67
4. Princípio da taxatividade.....	70
5. Princípio da singularidade, da unicidade ou da unirrecorribilidade	71
6. Princípio do esgotamento das vias recursais.....	74
7. Princípio da fungibilidade recursal	78
7.1. Generalidades	78
7.2. Hipóteses de fungibilidade recursal	80
8. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	89
8.1. Generalidades	89
8.2. <i>Reformatio in peius</i> e matéria de apreciação oficial.....	90
8.3. <i>Reformatio in peius</i> e remessa obrigatória	91
8.4. Proibição da <i>reformatio in melius</i>	92
8.5. <i>Reformatio in peius</i> indireta	92
9. Princípio da consumação	92
10. Princípio da dialeticidade.....	95
11. Princípio da voluntariedade	95
12. Princípio da personalidade ou da relatividade	96

CAPÍTULO VI – JUÍZOS DE ADMISSIBILIDADE E DE MÉRITO

1. Generalidades.....	97
2. Objeto do juízo de mérito: <i>errores in procedendo et in iudicando</i> ...	103

CAPÍTULO VII – REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	109
1. Conceitos e classificações	109
2. Cabimento	110
3. Legitimidade recursal.....	113
3.1. Generalidades	113
3.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte.....	113
3.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	116
3.3.1. Legitimidade recursal do Ministério Público; genera- lidades	116
3.3.2. Legitimidade recursal do Ministério Público e recurso adesivo	118
3.3.3. Desistência do recurso interposto pelo Ministério Público	118
3.3.4. Prazo recursal do Ministério Público.....	120
3.4. Legitimidade recursal do terceiro.....	120
3.4.1. Conceito e exemplos de recurso de terceiro	120
3.4.2. Recurso de terceiro e perito judicial	122
3.4.3. Recurso de terceiro e opoente.....	122
3.4.4. Recurso de terceiro e embargos de terceiro	123
3.4.5. Recurso de terceiro e <i>amicus curiae</i>	124
3.4.6. Recurso de terceiro e recurso adesivo.....	125
3.4.7. Prazo do recurso de terceiro e recursos admissíveis....	125
3.4.8. Processos e procedimentos que ensejam recurso de terceiro	125
3.5. Legitimidade recursal da autoridade coatora no processo de mandado de segurança.....	126
4. Interesse recursal.....	127
4.1. Generalidades	127
4.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	129
5. Inexistência de fatos extintivos e impeditivos.....	133
5.1. Generalidades	133
5.2. Renúncia ao direito de recorrer	133
5.2.1. Conceito de renúncia.....	133

5.2.2. Espécies de renúncia	134
5.2.3. Impossibilidade da renúncia ao direito de recorrer antes da prolação da decisão	134
5.2.4. Renúncia, desistência e aceitação: diferenças	135
5.2.5. Validade da renúncia	135
5.2.6. Renúncia expressa e recurso adesivo	136
5.3. Aceitação	136
5.4. Desistência do recurso.....	137
5.4.1. Conceito de desistência.....	137
5.4.2. Espécies de desistência	138
5.4.3. Momento da desistência	138
5.4.4. Validade da desistência	139
5.4.5. Desistência e posterior interposição de recurso.....	139
5.4.6. Desistência e recurso especial repetitivo: impossibilidade..	140
5.5. Outros fatos impeditivos	141
5.5.1. Comprovação do depósito da multa processual.....	141
5.5.2. Desistência da ação, reconhecimento do pedido e renúncia ao direito	142
5.5.3. Ratificação de recurso interposto em conjunto ou na pendência de embargos declaratórios	142
6. Regularidade formal.....	143
6.1. Conceito	143
6.2. Petição recursal: regra	144
6.3. Interposição oral	144
6.4. Interposição mediante fac-símile.....	145
6.5. Interposição mediante petição eletrônica: “recurso eletrônico”	146
6.6. Componentes da petição recursal	148
6.6.1. Endereçamento ao órgão judiciário competente	148
6.6.2. Qualificação do recorrente e do recorrido	149
6.6.3. Exposição do fato e do direito	149
6.6.4. Motivação: razões recursais	149
6.6.5. Pedido recursal.....	152
6.6.6. Assinatura e instrumento de mandato do advogado	152

7. Tempestividade	154
7.1. Conceito	154
7.2. Prazos recursais	154
7.2.1. Generalidades.....	154
7.2.2. Prazo recursal do terceiro prejudicado.....	156
7.2.3. Prazo recursal do Ministério Público e da Fazenda Pública	156
7.2.4. Prazo recursal dos litisconsortes com procuradores diferentes.....	158
7.2.5. Prazo recursal dos defensores públicos, advogados de escritório-escola. Advogados dativos e advogados que patrocinam causas com assistência judiciária.....	158
7.3. Contagem do prazo recursal	159
7.3.1. Princípio norteador.....	159
7.3.2. A problemática da quarta-feira de cinzas	160
7.3.3. Destinatário da intimação.....	162
7.3.4. Intimação e publicação: diferença importante, com consequências na tempestividade dos recursos	162
7.3.5. Formas de publicação das decisões e de intimação das decisões.....	165
7.3.6. Intimação de decisão publicada em audiência	165
7.3.7. Intimação de decisão publicada em cartório	166
7.3.8. Réu revel	169
7.3.9. Intimação de acórdão	170
7.3.10. Segunda intimação por republicação	171
7.3.11. Aferição da tempestividade	171
7.3.12. Aferição da tempestividade nos feriados.....	175
7.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	177
7.4.1. Generalidades	177
7.4.2. Suspensão por superveniência de férias forenses	178
7.4.3. Suspensão entre 20 de dezembro e 6 de janeiro	179
7.4.4. Suspensão por obstáculo ao exercício do direito de recorrer.....	181
7.4.5. Suspensão por perda da capacidade processual.....	182

7.4.6. Suspensão por oferecimento de exceção	182
7.4.7. Interrupção por falecimento da parte ou de seu advogado	183
7.4.8. Interrupção por motivo de força maior	184
7.4.9. Embargos de declaração: regra da interrupção e exceção da suspensão	185
7.4.10. Inexistência de suspensão e de interrupção.....	186
7.5. Perda de prazo recursal e responsabilidade civil do advogado	186
8. Preparo	187
8.1. Conceito	187
8.2. Regra do preparo imediato	188
8.3. Exceções à regra do preparo imediato.....	189
8.4. Exceções à regra do preparo.....	195
8.5. Preparo em recurso da massa falida: subsistência do enunciado n. 86 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.....	196

CAPÍTULO VIII – DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS: APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DO PROFERIMENTO DA DECISÃO 198

1. Princípio norteador do direito intertemporal processual.....	198
2. Princípio norteador do direito intertemporal dos recursos.....	198
3. Exceções à regra do direito intertemporal dos recursos.....	201
4. Publicação da decisão e intimação da decisão.....	204

CAPÍTULO IX – RECURSO ADESIVO..... 208

1. Generalidades.....	208
2. Recurso adesivo: requisitos de admissibilidade.....	210
3. Recurso adesivo: juízo de admissibilidade e juízo de mérito	213
4. Recurso adesivo nos juizados especiais	214

CAPÍTULO X – REEXAME NECESSÁRIO OU REMESSA OFICIAL 216

1. <i>Nomen iuris</i> e natureza jurídica.....	216
2. Hipóteses de remessa obrigatória	219

2.1. Generalidades	219
2.2. Sentenças contrárias aos entes públicos	219
2.3. Sentença de procedência em embargos à execução fiscal	220
2.4. Outras hipóteses legais de reexame necessário	222
2.5. A hipótese prevista no antigo inciso I do artigo 475 do Código de Processo Civil	223
2.6. Exceções ao reexame necessário	223
2.7. Campo de incidência das exceções	224
3. Procedimento e julgamento	224
4. Recursos extraordinário e especial em reexame necessário	226
CAPÍTULO XI – CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	228

TOMO II – RECURSOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO XII – APELAÇÃO	233
1. Notícia histórica	233
2. Conceito de sentença e cabimento de apelação	234
3. Regra do cabimento da apelação contra as sentenças em geral	238
4. Cabimento da apelação contra sentença que engloba questão incidental	239
5. Exceções ao binômio sentença-apelação	239
6. Recorribilidade da decretação de falência e na liquidação de sentença	242
6.1. Recorribilidade da decretação de falência	242
6.2. Recorribilidade na liquidação de sentença	244
7. Apelação e “exceção de pré-executividade”	244
8. Apelação e embargos monitórios rejeitados liminarmente e julgados improcedentes	246
9. Apelação e denunciação da lide	247
10. Apelação e reconvenção	247
11. Apelação e ação declaratória incidental	249
12. Apelação e arguição de falsidade de documento	250

13. Apelação e assistência judiciária	250
13.1. Orientação predominante	250
13.2. Crítica à opinião predominante	252
14. Apelação e prestação de contas	253
15. Apelação e justificação judicial	254
16. Inadequação da apelação em processo de competência originária de tribunal	256
17. Tempestividade	257
18. Regularidade formal	258
19. Preparo	263
20. Procedimento da apelação no juízo de origem	264
21. Efeito regressivo ou de retratação.....	267
21.1. Apelação contra sentença liminar de manifesta improcedência.....	268
21.2. Apelação contra sentença de indeferimento liminar da petição inicial.....	269
21.3. Apelação contra sentença proferida em Juízo da Infância e da Juventude	271
22. Efeito suspensivo	271
22.1. Conceito.....	271
22.2. Hipóteses excepcionais de subsistência da eficácia da sentença apelada mediante recurso com efeito suspensivo: liquidação de sentença e hipoteca judiciária.....	272
22.3. Regra no direito brasileiro: produção do efeito suspensivo ...	273
22.4. Exceções codificadas à regra do efeito suspensivo	273
22.5. Apelação sem efeito suspensivo: execução provisória da sentença (regra) e execução definitiva (exceção)	274
22.6. Conclusões à luz da teoria geral do efeito suspensivo.....	274
22.7. Efeito suspensivo e apelação contra sentença condenatória em alimentos.....	275
22.8. Revogação do inciso III do artigo 520 do Código de Processo Civil.....	276
22.9. Efeito suspensivo e apelação contra sentença de improcedência, com a revogação da tutela antecipada.....	277

22.10. Efeito suspensivo e apelação contra sentença proferida em ações cumuladas ou conexas	277
22.11. Efeito suspensivo e embargos à arrematação	278
22.12. Efeito suspensivo e embargos de terceiro.....	278
22.13. Efeito suspensivo e apelação contra sentença em embargos à monitória.....	279
22.14. Apelação contra sentença de procedência de instituição de arbitragem.....	281
22.15. Efeito suspensivo e apelação contra sentença de interdição .	282
22.16. Apelações sem efeito suspensivo na legislação extravagante	282
22.17. Efeito suspensivo nas apelações nos processos empresariais	283
22.18. Efeito suspensivo e concessão judicial.....	284
23. Procedimento da apelação no tribunal <i>ad quem</i>	286
23.1. Primeira fase do procedimento: registro e distribuição da apelação	286
23.2. Segunda fase: artigo 557 do Código de Processo Civil.....	286
23.3. Terceira fase: processamento do recurso rumo à turma ou câmara julgadora	289
24. Extensão da apelação	295
24.1. Generalidades	295
24.2. Extensão da apelação e sentença <i>terminativa</i>	296
25. Profundidade da apelação	299
25.1. Introdução	299
25.2. Questões de fato e de direito decididas na sentença.....	299
25.3. Questões de apreciação oficial	299
25.4. Questões acessórias	300
25.5. Questões incidentais.....	301
25.6. Questões de mérito não decididas na sentença definitiva	301
25.7. Outros fundamentos	304
26. Questões de fato novas e documentos novos	306
27. Conversão em diligência para correção de nulidades sanáveis....	310
28. Efeito substitutivo	313

CAPÍTULO XIII – RECURSO INOMINADO	315
1. Cabimento.....	315
1.1. Recurso inominado contra sentenças proferidas nos juizados especiais	315
1.2. Recurso inominado e recurso adesivo.....	317
1.3. Recurso inominado e apelação.....	319
1.4. Desistência do recurso inominado	320
2. Tempestividade.....	320
3. Regularidade formal.....	325
4. Preparo	327
5. Procedimento do recurso inominado na origem.....	330
6. Procedimento e julgamento do recurso inominado na turma recursal	332
7. Recorribilidade.....	335
8. Uniformização de jurisprudência e juizados especiais federais.....	338

CAPÍTULO XIV – AGRAVO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	343
1. Panorama histórico dos recursos de agravo nos Códigos de Processo Civil brasileiros.....	343
2. Modalidades do agravo contra decisão interlocutória: retido e por instrumento.....	345
3. Conceito de decisão interlocutória	346
4. Cabimento do recurso de agravo contra decisões interlocutórias ..	347
5. Cabimento do agravo retido como regra e do agravo de instrumento como exceção	351
6. Agravo de instrumento convertido em agravo retido: inteligência do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.....	354
7. “Sentenças” agraváveis.....	355
8. Questão incidental decidida em sentença.....	358
9. “Despachos” agraváveis	359
10. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de emenda da petição inicial	362

11. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento deferitório da citação	365
12. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de remessa dos autos ao contador do juízo	367
13. Dos efeitos dos agravos retido e de instrumento.....	368
13.1. Efeitos devolutivo e de retratação	368
13.2. Efeitos obstativo e suspensivo.....	368
13.3. Efeitos substitutivo e expansivo	371
14. Tempestividade	373
15. Preparo	376
16. Regularidade formal do agravo de instrumento.....	377
17. Regularidade formal, desistência tácita e procedimento do agravo retido	385
18. Procedimento do agravo de instrumento.....	390

CAPÍTULO XV – AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL 399

1. Natureza jurídica	399
2. <i>Nomen iuris</i>	401
3. Cabimento	404
3.1. Generalidades	404
3.2. Agravo interno e decisão monocrática indeferitória de pedido de suspensão: cancelamento do enunciado n. 506 da Súmula do STF e do enunciado n. 217 da Súmula do STJ.....	406
3.3. Agravo interno e decisão monocrática denegatória ou concessiva de provimento liminar em ação originária de mandado de segurança: insubsistência do enunciado n. 622 da Súmula do STF.....	407
3.4. Agravo interno contra decisões presidenciais e vice-presidenciais fundadas no artigo 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil	408
3.5. Agravo interno contra decisões presidenciais e vice-presidenciais fundadas no artigo 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil	409

3.6. Agravo interno e as decisões monocráticas dos incisos II e III do artigo 527 do Código de Processo Civil.....	410
4. Tempestividade.....	412
5. Regularidade formal.....	413
6. Preparo.....	413
7. Efeitos.....	416
8. Procedimento.....	417
9. Multa processual e depósito recursal.....	420
10. Recorribilidade.....	422

CAPÍTULO XVI – AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS..... 424

1. Cabimento.....	424
1.1. Generalidades.....	424
1.2. Inadequação do agravo interno ou regimental contra decisão de inadmissão de recursos especial e extraordinário...	424
1.3. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão de retenção de recursos especial e extraordinário.....	425
1.4. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão presidencial ou vice-presidencial de sobrestamento de recurso especial fundada no artigo 543-C, § 1º, do Código de Processo Civil.....	425
1.5. Inadequação do agravo nos próprios autos contra decisão presidencial ou vice-presidencial fundada no artigo 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil.....	426
2. Interesse recursal.....	427
3. Tempestividade.....	428
4. Regularidade formal.....	428
5. Preparo: desnecessidade.....	429
6. Do procedimento do agravo na origem.....	429
7. Do procedimento do agravo no tribunal <i>ad quem</i>	433

CAPÍTULO XVII – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..... 436

1. Acepções do vocábulo <i>embargos</i>	436
2. Notícia histórica e <i>nomen iuris</i>	436

3. Natureza jurídica dos embargos declaratórios.....	437
4. Cabimento	438
4.1. Generalidades	438
4.2. Embargos de declaração e despacho	441
4.3. Hipóteses de cabimento.....	442
4.4. Embargos de declaração e prequestionamento.....	444
4.5. Embargos de declaração em embargos declaratórios.....	446
4.6. Cabimento e juízo de admissibilidade.....	447
5. Exceção ao princípio da singularidade recursal e ratificação do outro recurso específico.....	450
6. Possibilidade da modificação do julgado embargado	452
7. Princípio da complementaridade	457
8. Regularidade formal.....	458
9. Tempestividade.....	459
10. Preparo: desnecessidade.....	462
11. Procedimento e julgamento.....	462
12. Regra da interrupção do prazo recursal e exceção da suspensão.	467
13. Multa processual e depósito recursal	474
13.1. Generalidades	474
13.2. Embargante condenado sob o pálio da assistência judiciária	476
13.3. Pessoas jurídicas de direito público interno	476
13.4. Multa, embargos de declaração e prequestionamento	477

CAPÍTULO XVIII – EMBARGOS INFRINGENTES DE ALÇADA

1. Cabimento	478
2. Regularidade formal	485
3. Tempestividade.....	487
4. Preparo	487
5. Efeitos.....	488
6. Procedimento e julgamento	490
7. Recorribilidade	491

CAPÍTULO XIX – EMBARGOS INFRINGENTES	493
1. Notícia histórica	493
2. Escopo do recurso	493
3. Cabimento: generalidades	493
3.1. “Acórdão não unânime”	494
3.2. “Em grau de apelação” ou “ação rescisória”	501
3.3. “Reformado”	502
3.3.1. Crítica à orientação predominante	503
3.4. “Sentença de mérito”	504
3.5. “Procedente ação rescisória”	508
4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio....	509
5. Embargos infringentes e remessa necessária.....	510
6. Embargos infringentes e embargos de declaração.....	514
7. Embargos infringentes em agravo interno ou regimental.....	516
8. Embargos infringentes e mandado de segurança originário.....	517
9. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança.....	518
10. Embargos infringentes e apelação em processo empresarial	519
11. Embargos infringentes e agravo retido	519
11.1. Orientação jurisprudencial predominante	519
11.2. Crítica à orientação predominante	520
12. Embargos infringentes e agravo de instrumento	521
13. Embargos infringentes e recurso ordinário	523
14. Embargos infringentes e incidentes de inconstitucionalidade, de uniformização de jurisprudência e de delegação de competência..	524
15. Embargos infringentes e recurso inominado.....	525
16. Embargos infringentes e ação direta de inconstitucionalidade	526
17. Direito intertemporal.....	529
18. Tempestividade	530
19. Legitimidade recursal.....	531
19.1. Orientação predominante na doutrina e na jurisprudência... 531	
19.2. Crítica à orientação predominante	531
20. Embargos infringentes dos sistemas recursais cível e penal: dife- renças acerca do cabimento e da tempestividade.....	532

21. Regularidade formal.....	534
22. Preparo	536
23. Efeitos	539
23.1. Efeito obstativo.....	539
23.2. Efeito devolutivo	540
23.3. Efeito regressivo ou de retratação	541
23.4. Efeito suspensivo.....	542
23.5. Efeito substitutivo.....	543
23.6. Efeito translativo	543
24. Procedimento dos embargos infringentes	544
25. Julgamento dos embargos infringentes	548
26. <i>De lege ferenda</i> : extinção dos embargos infringentes.....	550

CAPÍTULO XX – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA 554

1. Notícia histórica e finalidade do recurso	554
2. Embargos de divergência e institutos afins	555
2.1. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c”..	555
2.2. Embargos de divergência e embargos infringentes	556
2.3. Embargos de divergência e uniformização de jurisprudência	557
3. Do cabimento dos embargos de divergência	558
3.1. Do julgado embargado	559
3.2. Do julgado paradigma	566
4. Tempestividade.....	569
5. Regularidade formal	570
6. Preparo	572
7. Interesse recursal	573
8. Efeitos.....	575
9. Procedimento dos embargos de divergência	577
10. Julgamento dos embargos de divergência.....	580
11. Recorribilidade.....	583
12. <i>De lege ferenda</i> : extinção dos embargos de divergência	584

CAPÍTULO XXI – RECURSO ORDINÁRIO 587

1. Notícia histórica e legislação de regência do recurso ordinário ...	587
--	-----

2. Conceito e escopo do recurso ordinário	588
3. Recurso ordinário: espécie de recurso constitucional	590
4. Recurso ordinário em causas internacionais	590
5. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	593
5.1. Notícia histórica do recurso ordinário em mandado de se- gurança	593
5.2. Mandado de segurança	593
5.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	593
5.2.2. Adequação	594
5.2.3. Ilegalidade ou abuso de poder	594
5.2.4. Procedimento especial.....	595
5.2.5. Direito líquido e certo	596
5.2.6. Prazo decadencial.....	596
5.2.7. Mandados de segurança repressivo e preventivo.....	597
5.2.8. Legitimidade ativa.....	597
5.2.9. Autoridade coatora	598
5.2.10. Legitimidade passiva.....	599
5.2.11. Competência.....	599
5.2.12. Petição inicial	601
5.2.13. Ministério Público.....	602
5.2.14. Sentença	602
5.2.15. Coisa julgada em processo de mandado de segurança.....	602
5.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supe- rior Tribunal de Justiça.....	603
5.4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Su- premo Tribunal Federal	608
6. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	609
6.1. <i>Habeas data</i>	609
6.2. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	610
7. Recurso ordinário em mandado de injunção	612
7.1. Mandado de injunção: competência.....	612
7.2. Cabimento	613
8. Considerações finais sobre o recurso ordinário.....	613

CAPÍTULO XXII – RECURSO ESPECIAL	626
1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	626
2. Jurisdição, composição e organização do Superior Tribunal de Justiça	627
3. Cabimento	630
3.1. Generalidades	630
3.2. Tribunais	630
3.3. Causas decididas	633
3.4. Prequestionamento	635
4. Recurso especial em reexame necessário	639
5. Recurso especial pela alínea “a”	640
5.1. Generalidades	640
5.2. Conceito de “ <i>lei federal</i> ”	640
5.3. Alcance do enunciado n. 7 do STJ	645
5.4. Insubsistência do enunciado n. 400 da Súmula do STF.....	648
5.5. A problemática do juízo de conhecimento e do juízo de mérito no recurso especial interposto pela alínea “a”	649
6. Recurso especial pela alínea “b”	651
7. Recurso especial pela alínea “c”	652
8. Recurso especial retido.....	656
8.1. Generalidades	656
8.2. Recurso especial retido e tempestividade.....	658
8.3. Desistência tácita.....	658
8.4. Recurso especial retido e agravo retido.....	658
9. Tempestividade.....	661
9.1. Generalidades.....	661
9.2. Protocolo integrado e o cancelamento do enunciado n. 256 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.....	662
9.3. Recurso especial parcial e o enunciado n. 355 da Súmula do Supremo Tribunal Federal	663
9.4. Recurso especial eleitoral.....	666

10. Preparo	666
11. Regularidade formal e interesse recursal	667
12. Efeitos do recurso especial	670
13. Procedimento comum do recurso especial: artigos 542 e 543 do Código de Processo Civil.....	676
14. Procedimento diferenciado do recurso especial repetitivo: artigo 543-C do Código de Processo Civil.....	681
14.1. Preceitos de regência, natureza jurídica e escopo do instituto.....	681
14.2. Procedimento do recurso especial repetitivo	683
14.3. Procecimento subsequente ao julgamento do recurso especial repetitivo	686
 CAPÍTULO XXIII – RECURSO EXTRAORDINÁRIO	 691
1. Notícia histórica	691
2. Cabimento	693
2.1. Generalidades	693
2.2. Prequestionamento	694
2.3. Esgotamento dos recursos pretéritos	697
2.4. Causas decididas	699
2.5. Questão federal de direito constitucional	702
2.6. Cabimento de recurso extraordinário de julgamento proferido por juiz de primeiro grau	705
2.7. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão dos Juizados Especiais	706
2.8. Cabimento de recurso extraordinário em reexame necessário .	707
2.9. Cabimento de recurso extraordinário em correção parcial ...	708
2.10. Cabimento de recurso extraordinário em incidentes de inconstitucionalidade e de uniformização de jurisprudência.	709
2.11. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça	711
2.12. Cabimento de recurso extraordinário e julgado do Supremo Tribunal Federal	711

2.13. Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido por Tribunal de Justiça em controle concentrado de constitucionalidade.....	712
3. Recurso extraordinário e repercussão geral.....	713
3.1. Conceito	713
3.2. Natureza e origem do requisito da repercussão geral.....	713
3.3. Repercussão geral e arguição de relevância: semelhanças e diferenças	714
3.4. Repercussão geral: requisito de admissibilidade específico do recurso extraordinário	715
3.5. Obrigatoriedade da repercussão nos recursos extraordinários em geral	715
3.6. Preliminar formal e fundamentada de repercussão geral	716
3.7. Critérios para a apuração da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal	716
3.8. Competência.....	718
3.9. (Ir)recorribilidade do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral	719
3.10. Efeito <i>erga omnes</i> do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral	720
3.11. Recorribilidade das decisões monocráticas presidenciais e dos relatores no Supremo Tribunal Federal.....	720
3.12. Possibilidade de sobrestamento dos recursos extraordinários acerca de questão constitucional idêntica.....	721
4. Recurso extraordinário pela alínea “a”.....	722
5. Recurso extraordinário pela alínea “b”	728
6. Recurso extraordinário pela alínea “c”	729
7. Recurso extraordinário pela alínea “d”	730
8. Recurso extraordinário retido.....	731
9. Tempestividade.....	733
9.1. Generalidades.....	733
9.2. Protocolo integrado	734
9.3. Insubsistência do enunciado n. 355.....	735
9.4. Recurso extraordinário adesivo.....	737

9.5. Tempestividade de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido em controle concentrado de constitucionalidade	739
10. Regularidade formal.....	740
11. Preparo: regra e exceções.....	744
12. Efeitos	744
13. Procedimento e julgamento.....	747

TOMO III – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS

CAPÍTULO XXIV – UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	758
1. Conceito e natureza jurídica da uniformização de jurisprudência	758
2. Pressupostos da uniformização de jurisprudência.....	760
2.1. “Pronunciamento prévio”	760
2.2. “Turma, câmara, ou grupo de câmaras”	761
2.3. “Do tribunal” e “outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”	763
2.4. “Acerca da interpretação do direito”	764
2.5. “Verificar que, a seu respeito, ocorre divergência”	765
2.6. “No julgamento recorrido a interpretação for diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”	766
3. Legitimidade	767
4. Suscitação da uniformização de jurisprudência	768
5. Procedimento e julgamento da uniformização de jurisprudência ..	770
6. Recorribilidade.....	779
7. Uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais.	780
8. Incidente de delegação ou afetação de competência.....	785
9. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal	788

CAPÍTULO XXV – INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE	791
--	------------

1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasileiro e incidente de inconstitucionalidade	791
2. Natureza jurídica do instituto.....	792
3. Obrigatoriedade da instauração do incidente.....	793
4. Alcance da cláusula “lei ou ato normativo do poder público”	794
5. Legitimidade	795
6. Procedimento	796
7. Efeitos: regra e exceções.....	798
8. Recorribilidade.....	801

CAPÍTULO XXVI – HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA

1. Conceito de homologação de sentença estrangeira.....	803
2. Competência para a homologação de sentença estrangeira	803
3. Petição inicial.....	804
4. Conceito de sentença estrangeira e objeto da homologação	805
5. Execução da sentença estrangeira homologada	806
6. Legislação de regência da carta rogatória	807
7. <i>Nomen iuris</i> e tipos de carta rogatória	808
8. Natureza jurídica da carta rogatória.....	809
9. Objeto da carta rogatória.....	809
10. Requisitos para a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	811
11. Procedimento e julgamento da carta rogatória.....	813
12. Recorribilidade.....	813
13. Execução da carta rogatória	814

CAPÍTULO XXVII – AÇÃO RESCISÓRIA.....

1. Notícia histórica	816
2. Natureza jurídica.....	817
3. Alvo da ação rescisória: julgado rescindendo	820
3.1. Admissibilidade contra decisão judicial <i>lato sensu</i>	820
3.2. Última decisão judicial da causa: interpretação do artigo 512 do Código de Processo Civil	822

3.3. Decisão judicial irrecurável e que não enseja outra demanda igual.....	825
4. Hipóteses de rescindibilidade	829
4.1. Generalidades	829
4.2. Prevaricação, concussão e corrupção	831
4.3. Impedimento e incompetência absoluta	833
4.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado ..	835
4.5. Ofensa à coisa julgada.....	838
4.6. Violação de literal disposição de lei	839
4.7. Prova falsa	845
4.8. Documento novo	847
4.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação.	848
4.10. Erro de fato.....	851
4.11. Ação rescisória de sentença de partilha judicial.....	855
5. Hipóteses que não ensejam ação rescisória.....	857
5.1. Ação rescisória fundada em correção de injustiça quanto aos fatos, reexame de provas e interpretação de cláusula contratual	857
5.2. Ação rescisória e processo cautelar	857
5.3. Ação rescisória e decisões proferidas nos Juizados Especiais	857
5.4. Ação rescisória e controle concentrado de constitucionalidade	858
5.5. Ação rescisória e ação anulatória	858
5.6. Ação rescisória, sentença inexistente, ausência de citação e nulidade da citação.....	860
6. Ação rescisória e direito intertemporal	864
7. Prazo da ação rescisória	865
7.1. Prazo.....	865
7.2. Prazo decadencial.....	865
7.3. Contagem do prazo e termo inicial	866
7.4. O termo inicial à luz do enunciado n. 401 da Súmula do STJ	867
7.5. Termo final	870
7.6. Momentos da pronúncia da decadência	871
8. Competência.....	871

9. Legitimidade.....	872
10. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo.....	875
11. Procedimento da ação rescisória.....	880
12. Julgamento da ação rescisória	890
13. Recorribilidade	895
14. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória	898

CAPÍTULO XXVIII – AÇÃO ANULATÓRIA

1. Preceito de regência.....	903
2. Conceito	903
3. Prazo.....	903
4. Procedimento e competência.....	904
5. Hipóteses de ação anulatória	905
5.1. Ação anulatória do artigo 486 do Código de Processo Civil....	905
5.2. Ação anulatória do artigo 352 do Código de Processo Civil..	907
5.3. Ação anulatória de sentença homologatória de transação: artigo 485, inciso VIII, <i>versus</i> artigo 486, ambos do Cód- igo de Processo Civil.....	908
5.4. Ação anulatória do artigo 1.029 do Código de Processo Civil e do artigo 2.027 do Código Civil.....	910

CAPÍTULO XXIX – MANDADO DE SEGURANÇA DE DECI- SÃO JUDICIAL

1. Conceito de mandado de segurança	912
2. Adequação do mandado de segurança.....	912
3. Mandado de segurança contra decisão judicial	913
4. Competência.....	918
5. Coisa julgada em processo de mandado de segurança	920

CAPÍTULO XXX – RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. <i>Nomen iuris</i> e preceitos de regência do instituto.....	921
2. Natureza jurídica: ação autônoma	921
3. Conceito	922

4. Ação de competência originária de tribunal.....	924
5. Causas de pedir da reclamação constitucional	926
5.1. Causas de pedir explícitas na Constituição Federal	926
5.2. Causa de pedir prevista na Resolução n. 12 do STJ.....	928
5.3. Reclamação e controle de constitucionalidade.....	929
6. Reclamação constitucional, correição parcial, ação rescisória e mandado de segurança: análise comparativa.....	930
7. Legitimidade ativa e petição inicial.....	931
8. Distribuição, procedimento e julgamento	932
9. Recorribilidade no processo de reclamação	934
10. Ação rescisória contra julgamento proferido em reclamação constitucional.....	935

CAPÍTULO XXXI – CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL 936

1. <i>Nomen iuris</i> e conceito.....	936
2. Subsistência como sucedâneo recursal.....	936
3. Constitucionalidade das leis estaduais e dos regimentos internos	937
4. Natureza jurídica da correição parcial ou reclamação correicional.	938
5. Hipóteses de admissibilidade da correição ou reclamação como sucedâneo recursal.....	939
6. Prazo.....	942
7. Legitimidade.....	943
8. Procedimento e julgamento.....	943

CAPÍTULO XXXII – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO 945

CAPÍTULO XXXIII – PEDIDO DE SUSPENSÃO..... 949

1. Preceitos de regência do pedido de suspensão	949
2. Conceito e natureza jurídica do pedido de suspensão	949
3. Recorribilidade da decisão monocrática presidencial proferida no incidente de suspensão	951
4. Recursos extraordinário e especial em incidente de suspensão	952

CAPÍTULO XXXIV – AÇÃO CAUTELAR ORIGINÁRIA.....	954
1. Introdução.....	954
2. Ação cautelar, processo cautelar e medida cautelar	955
3. Petição inicial	957
4. Competência.....	959
5. Procedimento.....	960
6. Julgamento	962
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	965